

COMENTÁRIOS SOBRE O TRABALHO “SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES NA AGRICULTURA BRASILEIRA: A PRODUÇÃO DE TRIGO NO RIO GRANDE DO SUL”

Ady Raul da Silva.

O Dr. Peter T. Knight, ao escrever o trabalho “Substituição de importações na agricultura brasileira: a produção de trigo no Rio Grande do Sul” publicado nesta revista no Volume 1, número 3, 1971, chega à conclusão de que não há “nenhum argumento econômico válido para o aumento da produção tritícola mais extensa até que a pesquisa e a extensão tenham alterado drasticamente a eficiência com que os recursos possam ser empregados nesta atividade.”

Apresentamos a seguir uma análise do seu trabalho e com os seus próprios números fica demonstrado que a conclusão acima não é válida.

A principal razão que apresenta é o elevado custo do trigo em portos não rio-grandenses, que segundo ele em 1967 se elevou a US\$ 140,88 em comparação com o custo de US\$ 73,32 do trigo importado, nos mesmos portos.

O valor de US\$ 140,88 ele obteve adicionando 20% ao preço pago pelo governo aos triticultores brasileiros na região de produção, para o transporte e a comercialização da zona de produção aos portos não rio-grandenses.

O cálculo do valor de 140,88 dólares não constitui uma estimativa válida para a comparação feita, como é fácil verificar se for observada a taxa de câmbio em que o Dr. Knight fez a transformação de cruzeiros para dólares.

O valor utilizado para 1967 foi a taxa de dólar estabelecida a 16-11-65 e que prevaleceu até 13-2-67, (454 dias) o período mais longo sem modificação, nos últimos tempos.

O preço básico para o trigo nacional da safra de 1966-67 que foi colhida em novembro-dezembro e comercializada de dezembro de 1966 a abril de 1967 foi de Cr\$ 265,00, o que

transformado ao dólar de Cr\$ 2,20 por dólar dá US\$ 119,3 aos quais adicionado de 20% dá o valor de US\$ 142,9 com uma pequena diferença em relação ao do Dr. Knight devida à aproximação.

O autor não julga válida e adequada a taxa de câmbio escolhida, embora reconheça que ela estava em vigor por ocasião do início da safra, porque considera que a mais adequada é a taxa de Cr\$ 2,715 estabelecida a partir de 13-2-67 e justifica por ser a mais perto do período em que o trigo estava sendo adquirido, transportado e comercializado e por conseguinte substituindo o importado.

É sabido que o processo inflacionário é contínuo e que os ajustes do câmbio eram feitos para equilibrar com a evolução dos preços já ocorridos.

Transformando-se o preço aos produtores na taxa de Cr\$ 2,715 por dólar, ele foi de US\$ 97,6 aos quais se adicionando os 20% para despesas de transporte da zona produtora para os portos daria o valor em portos não rio-grandenses de US\$ 117,12 ou seja US\$ 23,76, menos do que o publicado pelo Dr. Knight na tabela 5, página 91 de seu trabalho citado.

O preço do transporte da região produtora para os portos não rio-grandenses, expressão que o Dr. Knight usou mas que o autor julga imprópria, pois é difícil uma estimativa para portos não rio-grandenses em geral e julga que provavelmente se referiu a Rio de Janeiro e Santos, os principais portos importadores e relativamente próximos para ter fretes semelhantes, está muito elevado, pois seja o de 23,6 dólares calculado pelo Dr. Knight ou de 19,52 dólares calculado sobre a taxa correta de câmbio, são maiores do que o preço do transporte das zonas produtoras dos países exportadores aos portos e dos seus portos a Rio ou Santos, quando o normal seria o oposto, pois as distâncias são menores.

É reconhecida a deficiência das estradas de ferro, de rodagem, dos meios de carregamento e de descarga no Rio Grande do Sul. A situação de 1967 era pior do que a atual, pois grandes investimentos vêm sendo feitos em todos os setores e grandes melhorias estão reduzindo o custo do transporte do trigo.

O autor chama a atenção para o fato do Dr. Knight não ter apresentado como uma solução lógica o aperfeiçoamento no sistema de transporte como um dos meios de tornar o

trigo brasileiro mais competitivo, principalmente levando-se em consideração que esses investimentos tinham que ser feitos para o soja, o qual ele considera de produção econômica, fato demonstrado pelo extraordinário aumento de produção ocorrido após 1967.

O Dr. Knight no item 2 “Insumos manufaturados custosos” de seu capítulo V. “Razões para o alto custo do trigo gaúcho” afirma que “todos os insumos (com exceção dos tratores) estavam custando ao menos 46 por cento mais do que os preços médios pagos pelos agricultores norte-americanos.”

Os insumos, menos os tratores, contribuem com 50% do preço de custo do trigo, segundo dados da FECOTRIGO e por conseguinte a diferença de preços nos insumos condiciona ser o trigo nacional 23% mais caro do que o norte-americano na região de produção.

Também julgo que o Dr. Knight em face a seus dados deveria ter apresentado como uma solução parcial adicional para o trigo nacional se tornar competitivo com o internacional o barateamento desses insumos. Deve-se considerar ainda que o seu preço elevado é também devido ao transporte que, melhorado como teria que ser para o soja, traria como consequência um menor custo para os insumos importados ou provenientes de outras regiões.

Segundo o Dr. Knight, a diferença de preço entre o trigo nacional e o importado nos portos não rio-grandenses era de $140,88 - 73,32 = 67,56$ dólares.

Assumindo que os preços dos insumos no Rio Grande do Sul em vez de ser 46% mais caros que os pagos pelos agricultores americanos fossem iguais e, considerando que eles incidem no custo do trigo atualmente em 50%, teríamos uma redução de 23,6%, ou seja 23 dólares, no preço do trigo nacional, o que tornaria quase igual ao do importado, apenas o nacional nas zonas de produção e o outro nos portos.

Sabendo-se que o preço do transporte do trigo dos portos do Golfo do México nos Estados Unidos a Rio ou Santos é de cerca de 7 dólares, vê-se que é excessiva a previsão de 23,6 dólares para o transporte da região produtora brasileira para os portos de Rio e Santos, ou mesmo os 20% sobre o preço correto do trigo, o que ainda daria 19,52 dólares.

Melhorado o sistema de transporte no Rio Grande do Sul e no porto de embarque, o que está ocorrendo, a despesa não deverá exceder de 10 dólares a tonelada até os portos de Rio e Santos.

Partindo das hipóteses acima, adotando-se a correta taxa de câmbio na sua conversão para o dólar e mantendo os outros itens constantes, com base nos dados e indicações do Dr. Knight, o trigo nacional poderá custar nos portos de Rio e Santos 83,6 dólares contra os 140,38 do Dr. Knight e os 117,12 quando se adotou apenas a correção da taxa cambial, ou seja apenas 10 dólares acima do preço do trigo importado, em vez dos 67,56 dólares por ele mencionados. Esta análise mostra as possibilidades de redução do preço do trigo nacional em comparação com o internacional, sem os efeitos dos trabalhos de pesquisa e de extensão preconizados pelo Dr. Knight como os únicos economicamente viáveis.

O Dr. Knight sugere que as pesquisas deveriam ser orientadas de modo semelhante às do México e Índia onde os níveis economicamente ótimos de fertilização para nitrogênio bem acima de 100 quilos por hectare são comuns com as variedades cultivadas, enquanto que no Brasil “dados os preços prevalentes para os produtos e para os fatores de produção e dada a função de resposta à adubação do melhor trigo disponível era de 17 kg/ha”

Na tabela 6 do trabalho do Dr. Knight vê-se que o nitrogênio no Rio Grande do Sul custava, em 1967, 72% mais caro do que aos agricultores nos Estados Unidos, sendo este o insumo mais caro na comparação, com exceção do calcário.

Pelas citações acima vê-se que o lógico teria sido o Dr. Knight concluir pela imperiosa necessidade de baixar os custos dos insumos, mesmo em face às possibilidades da pesquisa que ele mesmo aponta.

Em relação à comparação com os êxitos no México e na Índia é conveniente mencionar que o preço por atacado do trigo no México é de 127 dólares por tonelada e na Índia de 124, segundo o “Production Yearbook” editado pela FAO, ano 1970, volume 24, páginas 37 a 42, preços superiores ao do trigo nacional nos portos não rio-grandenses em 1967 quando se usou a taxa cambial correta.

Esclareço ainda que na Índia o preço mínimo garantido pelo governo em 1971 foi de 100 dólares a tonelada, preço pouco acima do assegurado pelo governo brasileiro aos seus triticultores.

Vê-se, portanto, que nos países onde a Revolução Verde teve êxito o preço do trigo não está abaixo do preço do trigo brasileiro o que contraria as afirmações do Dr. Knight em seu trabalho.

É importante chamar a atenção sobre os preços mínimos pagos aos triticultores pelos seguintes países; e o seu rendimento médio; em 1970:

Japão: 159 dólares (ensacado) a tonelada; 2070 kg/ha;
Alemanha Ocidental: 100 dólares a tonelada; 3790kg/ha;
Bélgica: 94 dólares a tonelada; 3890 kg/ha
Suécia : 94 dólares a tonelada; 3670 kg/ha
França : 111 (em 1968) com prêmios; 3440 kg/ha
Itália : 101 dólares a tonelada; 2330 kg/ha
Índia : 100 dólares a tonelada; 1210 kg/ha

Esses e muitos outros países preferem pagar mais ao trigo produzido no país do que comprar no mercado internacional a menor preço. E os seus preços são elevados apesar de sua alta produtividade.

Entre eles encontram-se países que estão no auge do desenvolvimento como o Japão e Alemanha Ocidental com um grande superavit de dólares. Outros têm renda “per capita” muito alta, são desenvolvidos, com uma economia sólida como a Suécia, Bélgica, França. Também a Índia, de baixa renda “per capita”, e na qual o trigo é alimento essencial, paga aos seus agricultores mais do que o do mercado internacional. Finalmente, no México onde também houve a Revolução Verde o preço do trigo no atacado é muito superior ao dos Estados Unidos, país vizinho e de onde o frete é pequeno.

Muitos outros países não citados seguem a mesma política.

Resta analisar o que sucederá se o Brasil passar a desencorajar a produção do trigo, para manter uma paridade com a do preço do mercado internacional, em tempo de superprodução, o que não persistirá sempre.

O Brasil aumentará as suas compras de trigo nos Estados Unidos e no Canadá porque a Argentina não terá capacidade de nos suprir com as 4 milhões de toneladas que consumiremos dentro de 3 a 4 anos, e com esses países o deficit da balança comercial vem se acentuando cada ano, tendo alcançado em 1970, com os Estados Unidos a 242 milhões de dólares e com o Canadá 30,2 milhões de dólares e deles sempre teremos muito que importar além de trigo.

A expansão da cultura do soja, do qual já somos o segundo exportador mundial, só perdendo para os Estados Unidos, será diminuída e o seu custo de produção consideravelmente elevado, pois ela é feita em sua grande maioria nas mesmas terras do trigo, utilizando as mesmas máquinas e aproveitando a adubação residual do trigo; os insumos de maior peso no custo de produção.

Há um grave desequilíbrio na renda da população rural em relação à urbana. Toda a agricultura contribui com apenas 15% do Produto Nacional Bruto embora os agricultores constituam 46% da população do País.

Se o Brasil produzir todo o trigo que consome, o seu valor é equivalente a quarta parte de toda a produção de café, o produto agrícola de maior contribuição para o Produto Nacional Bruto.

Essa importância ajudará a diminuir o desequilíbrio de renda, especialmente na região sul.

O trigo não é um alimento básico na dieta do brasileiro. O seu consumo é de cerca de 35 kg “per capita”, enquanto que nos países onde ele é alimento básico é de mais de 100 kg “per capita”

Há toda a conveniência em que assim seja porque o País tem 9 décimos de seu território em região tropical, devendo por isso consumir alimentos tropicais de preferência.

Por essas razões não há necessidade que o preço do trigo seja baixo em relação aos outros alimentos, nem é uma política conveniente aos interesses nacionais que ele substitua o arroz, o feijão, a mandioca e outros produtos tradicionais na nossa alimentação que podemos produzir em todo o território nacional de forma equilibrada sem maiores despesas de transporte e sem correr os riscos de sérios prejuízos causados pelas oscilações de clima que podem afetar a uma região.

Esses pontos acima, de grande relevância, não foram apresentados pelo Dr. Knight no seu último capítulo “VI. Uma avaliação de argumentos em favor da produção do trigo nacional” a não ser quando menciona a resposta que teve quando ele perguntou o que aconteceria se os preços do trigo caíssem 50 por cento. “A maioria esmagadora das terras sob o cultivo do trigo voltaria a ser pastos naturais ou possivelmente artificiais e os efeitos sociais seriam catastróficos”